

**ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO
E CONTAS PÚBLICAS
CONSELHEIRO EURÍPEDES
SALES**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU EM NÍVEL DE
ESPECIALIZAÇÃO:**

“DIREITO PÚBLICO MUNICIPAL”

2017

1. SOBRE O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO MUNICIPAL

Justificativa do curso

A Constituição Federal de 1988 ampliou significativamente as competências dos Municípios, atribuindo a este ente da federação a implementação de políticas públicas em saúde, educação, transporte, segurança, meio ambiente, dentre outros assuntos de suma importância.

Além disso, o Plano Diretor exerce papel fundamental no controle do desenvolvimento sustentável da cidade, cujos aspectos financeiros devem ser detalhados nos instrumentos de planejamento público aprovados por lei.

As projeções orçamentárias de 2013 já apontavam o orçamento da cidade de São Paulo como o 6º mais alto do país, da ordem de R\$ 42 bilhões, isto já considerando a União e os Estados.

Segundo o censo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população em 2010 na cidade de São Paulo era de 11.253.503 habitantes, indicando que apenas os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia superam este número.

Assim, merece destaque o estudo da legislação municipal, incluindo a análise da doutrina, da jurisprudência e dos princípios que regem a atividade pública, inclusive o debate a respeito dos mecanismos de planejamento, transparência, execução e controle da gestão pública.

Nesse intuito, com o objetivo de aprofundar a discussão e preparar o servidor público para um melhor desempenho de suas funções nas áreas que tenham afinidade com a aplicação do direito público municipal, é que a Escola de Contas propõe a criação do curso de pós-graduação “lato-sensu” em “Direito Público Municipal”.

Objetivos do curso

- ✓ Compreender o papel dos Municípios na organização federativa brasileira, por meio do estudo da legislação, da doutrina, da jurisprudência e dos princípios que regem a atividade pública.
- ✓ Entender como ocorre a interpretação e aplicação das leis que compreendem os diversos ramos do direito público municipal.

- ✓ Compreender os mecanismos de planejamento, transparência, execução e controle da gestão pública, com enfoque na legislação.
- ✓ Preparar o servidor para a nova realidade do setor público frente à escassez de recursos, o excesso de demanda por parte da sociedade e a necessidade de prestação de serviços de melhor qualidade para o usuário do serviço público.

2. DESCRIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL DO ESTUDANTE A SER FORMADO

O curso objetiva formar um profissional atualizado com as legislações e processos da Administração Pública Municipal que possa atender às necessidades do mundo moderno e às exigências da sociedade por um serviço público eficiente e eficaz.

3. MATRIZ CURRICULAR

Disciplinas, carga horária e professores e titulação:

<i>Disciplina</i>	<i>Carga Horária</i>	<i>Professor</i>	<i>Titulação</i>
MÓDULO CONHECIMENTOS GERAIS			
Filosofia do Pensamento Jurídico	30	Marina Zanatta Ganzarolli	Mestre
Direito Administrativo – Processo Administrativo	30	Álvaro Theodor Salem Caggiano	Mestre/ Doutorando
Direito Penal – Crimes contra a Administração Pública	30	Simone Foyen	Mestre
Direito Administrativo – Bens e Serviços Públicos	30	Mariana Uyeda Ogawa	Mestre
MÓDULO FINANÇAS E ORÇAMENTO			
Direito Financeiro – Planejamento Público	30	André Galindo da Costa	Mestre/ Doutorando
Direito Administrativo – Licitações e Contratações	30	Egle Monteiro	Mestre

Direito Administrativo – Serviços Públicos Municipais e suas formas de prestação	30	Juliana Luvizotto	Doutora
Direito Financeiro – Finanças Públicas	30	Valmir Leôncio	Mestre
Direito Financeiro – Gestão Fiscal		Moacir Marques da Silva	Mestre
MÓDULO ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL			
Direito Urbanístico e Ambiental	30	Rosângela da Silva Lima	Mestre
Direito Constitucional – Organização e Funcionamento do Poder Executivo	30	Alessandra Mara Cornazzani Sales	Mestre
Direito Constitucional – Organização e Funcionamento do Poder Legislativo	30	Maria Fernanda Pesatti de Toledo	Mestre
Direito Constitucional – Organização e Funcionamento do TCMSP	30	Tatiana Penharrubia	Doutora
MÓDULO ACADÊMICO			
Metodologia Científica	30	Jesse Jose Freire de Souza	Doutor
Didática do Ensino Superior	30	Luiza Correia Hruschka	Mestre
TOTAL	450		

4. CORPO DOCENTE

O corpo docente é formado por 15 professores que também atuam como servidores públicos com dedicação exclusiva ao TCMSP (09) ou à Escola de Contas (06).

No cômputo geral do corpo docente há 3 Doutores, 2 Doutorandos e 10 Mestres.

A coordenação pedagógica será exercida por André Galindo da Costa, Mestre em Ciências pela Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, integrante do corpo docente e que institucionalmente responde pela Coordenação da Pós-Graduação da Escola de Contas.

No Anexo I, constam os Currículos Lattes do corpo docente.

5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Início das atividades acadêmicas

Será aberta 1 (uma) turma de 30 discentes, às segundas e quintas, pela manhã (das 9h às 12h) com início em agosto de 2017 e término em novembro de 2019. O cronograma detalhado encontra-se no Anexo II.

Número de funcionários administrativos disponíveis para o curso

A Escola de Contas conta com os seguintes setores e seus respectivos funcionários para atendimento dos alunos:

Direção da Escola: 01

Coordenação da Pós-Graduação: 01

Expediente Geral (Secretaria): 03

Supervisão Administrativa: 07

Supervisão de Informática: 03

Supervisão de Serviços Gerais: 02

Total: 17 funcionários

Previsão de trabalhos discentes/ Avaliação

Em cada disciplina serão realizados pelos alunos estudos de caso, provas, seminários, trabalhos em grupo e individual, escrita de texto e elaboração de trabalhos escritos.

Como forma de avaliação serão considerados critérios como a participação em sala de aula, a realização dos trabalhos demandados ao longo da disciplina e a nota obtida na prova.

Período / carga horária / número de vagas

Este curso poderá ser oferecido nos períodos: a) matutino, das 9 às 12h; b) vespertino, das 14 às 17h e c) noturno, das 19 às 22h.

Esta pós-graduação está estruturada em 15 (quinze) disciplinas com carga horária total de 450 horas, com duração total prevista de 30 (meses) meses, prevendo-se a organização de turmas com até 30 (trinta) vagas.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O processo de construção do TCC irá começar com a disciplina Metodologia Científica com carga horária de 30 horas, no qual será disponibilizado aos alunos todas as ferramentas necessárias, para que o mesmo aplique todo o rigor científico na produção de seu trabalho.

Salientamos, que o tempo dispendido para a produção do trabalho, bem como a sua respectiva orientação, que estará sob a responsabilidade de um professor deste programa, não será computada nas 450 horas totais do curso.

O objetivo do TCC será apresentar uma tese vinculada à uma das disciplinas do curso, com ideias inovadoras e tese fundamentada de acordo com os princípios da metodologia científica.

Entendemos que para tal, o TCC resultará mais interessante se for realizado em grupo de até 5 (cinco) alunos, que poderão contribuir com suas formações e experiências pessoais. Para isso, serão destinados horários na grade, fora das 450 horas exigidas para obtenção do certificado, para que os alunos possam desenvolver seus trabalhos em grupo.

A avaliação do TCC será feita por banca examinadora, com três membros, em duas etapas: a primeira consiste na BANCA DE QUALIFICAÇÃO para que seja avaliada a pertinência e inovação do trabalho, com sugestões para a melhoria e aperfeiçoamento da pesquisa e sua apresentação, sendo atribuída uma nota preliminar, e, a segunda, consiste na BANCA DE DEFESA, em que o grupo deverá demonstrar os avanços obtidos na estruturação do trabalho. A nota do grupo será a média resultante das notas obtidas na qualificação e na defesa final.

O grupo deverá apresentar o trabalho para a banca examinadora e contará com até 20 minutos para a sua exposição. Cada membro da banca examinadora terá o prazo de, no máximo 10 minutos para arguição oral, tendo o grupo 15 minutos de tempo de resposta para defesa. Ao término das sessões, o grupo se retirará da sala de audiência e a banca definirá a nota de aproveitamento.

Na atribuição das notas os examinadores deverão levar em consideração o texto escrito, a qualidade da pesquisa realizada, a consistência entre a premissa do trabalho e a conclusão oferecida, a exposição oral e a resposta às arguições realizadas. A nota final para aproveitamento escolar é de no mínimo 7,0(sete).

Manual do aluno

Será disponibilizado no ato da matrícula ao corpo discente o Manual do Aluno em que estarão previstas informações imprescindíveis para o cumprimento das exigências pedagógicas deste programa, tais como: situações de abono de faltas, processo de desistência ou desligamento, requisitos e orientações para elaboração do TCC, direitos e deveres do discente, outorga do certificado de conclusão do curso, regime disciplinar, entre outras informações relevantes.

6. RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

As aulas irão transcorrer em sala equipada com diversos recursos, tais como: projetor multimídia, telas, quadros brancos e microcomputador. Adicionalmente, em todas as salas de aula há equipamento de ar- condicionado, telefone e acústica adequada.

7. EXIGÊNCIAS PARA CERTIFICAÇÃO

A conclusão do curso dar-se-á quando o aluno:

- a) for aprovado com média final mínima 7,0 (sete) em todas as disciplinas;
- b) obtiver frequência mínima de 75% em cada disciplina;
- c) apresentar no prazo estipulado o TCC, com nota mínima 7,0 (sete).

Os alunos aprovados no curso farão jus ao Certificado de Conclusão do Curso de Especialização, outorgado pela Escola de Contas.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2017.

ANDRÉ GALINDO DA COSTA
Coordenadora Técnica – Pós-Graduação

MOACIR MARQUES DA SILVA
Diretor da Escola de Contas

ANEXO I – CURRÍCULOS LATTES DO CORPO DOCENTE

Alessandra Mara Cornazzani Sales

Advogada. Graduada pela Faculdade de Direito de São Carlos. Pós Graduada em Avaliação dos Negócios Governamentais pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie Pregoeira formada pelo Tribunal de Contas da União. Auditora Interna de Processo de Qualidade no Serviço Público. Membro da Comissão Especial de Propostas de Parcerias e Convênios Públicos e da Comissão Especial de Pesquisa e Pós Graduação em Direito, ambas da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo-SP. Assessora de Gabinete e Professora Convidada da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo-SP. Mestre em Direito Político e Econômico pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo-SP.

Alvaro Theodor Herman Salem Caggiano

Doutorando em Direito do Estado - Direito Administrativo - FADUSP - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Mestre em Direito do Estado - Direito Administrativo - FADUSP - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo Possui experiência docente perante a Universidade Presbiteriana Mackenzie e perante a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales - Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Possui experiência em Advocacia Pública e Privada.

André Galindo da Costa

Possui graduação em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009). Licenciado em Administração pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (2011). Mestre em Ciências no Programa de pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo (2014). Fez curso de extensão em nível de mestrado em Desenvolvimento Humano Sustentável pela Università Degli Studi Milano Bicocca, de Milão, Itália (2015). Especialista em Gestão Pública Municipal na Universidade Federal de São Paulo (2017). Doutorando em Ciências da Integração da América Latina na linha de Pesquisa de Sociedade, Economia e Estado na Universidade de São Paulo. Atualmente é assessor de gabinete, professor e pesquisador da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Tem experiência na área de Administração Pública, com ênfase em Políticas Públicas, Orçamento Público, Finanças Públicas, Mudança Social e Participação Política.

Egle dos Santos Monteiro

Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1991) e Mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999). Atualmente é professora Assistente Mestre em Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde ministra aulas nas disciplinas de Direito Administrativo e Fundamentos de Direito Público. Foi Coordenadora Jurídica da Editora NDJ de abril de 2011 até junho de 2015. Possui experiência profissional na área de Direito Público, com ênfase em Direito Administrativo, com enfoque especial na área de licitação e contratos, Constitucional, Urbanístico e Municipal. Professora do Curso de Especialização em Direito Administrativo da PUC-SP e do Curso de Pos-graduação "Lato Sensu" - Especialização em Direito Administrativo da Escola Paulista de Magistratura. Ministra Simpósios e Treinamentos na área de licitações e Contratações Públicas.

Jesse Jose Freire de Souza

Possui graduação em Direito pela Universidade de Brasília (1981), mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília (1986), doutorado em Sociologia pela Karl Ruprecht Universität Heidelberg, Alemanha (1991), pós doutorado em filosofia e psicanálise na New School for Social research de Nova Iorque, EUA (1994-1995) e livre docência em sociologia pela Universität Flensburg, Alemanha (2006). Realizou diversos estágios pós-doutorais e, como Professor visitante, na Universität Bremen, Alemanha (1999-2000). Escreveu como autor e organizador 25 livros além de mais de 100 artigos e capítulos de livros em diversas línguas, sobre teoria social, pensamento social brasileiro e estudos teórico/empíricos sobre desigualdade e classes sociais no Brasil contemporâneo. É Professor titular de ciência política da UFF (Universidade Federal Fluminense). Mais recentemente publicou os livros "A tolice da inteligência brasileira", em 2015, e "A radiografia do golpe" em 2016, ambos pela editora Leya.

Juliana Cristina Luvizotto

Mestre e Doutora em Direito do Estado pela USP. Graduação em Direito pela PUC-SP. Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Atua na área do Direito Administrativo. Tem experiência na área de direito público, com ênfase em responsabilidade civil do Estado, servidores públicos, processos administrativos, licitações e contratos, ações civis públicas, ações de improbidade administrativa e ações de responsabilidade civil ambiental.

Luiza Correia Hruschka

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Paulista (1986). Psicodramatista, formada pelo Instituto Sedes Sapientiae (2010). Mestre em Administração pela Universidade Metodista. Especialista em grupos pela Sociedade Brasileira de Dinâmica dos Grupos(2007). Curso de Pós Graduação - Lato Sensu em Administração de Recursos (1993) Atua na área de treinamento e desenvolvimento desde 1987. Desenvolve programas comportamentais para todos os níveis hierárquicos da organização. Gestora das Relações de Trabalho do TCMSP e professora da Escola de Contas do TCMSP.

Maria Fernanda Pessatti de Toledo

Assessora Jurídica de Controle Externo (TCMSP). Advogada. Mestre em Direito Constitucional - PUC-SP. Especialista em Gestão Pública pela Universidade de São Paulo. Especialista em Direito Constitucional pela Escola Superior de Direito Constitucional.

Mariana Uyeda Ogawa

Mestre em Direito Pontifícia Universidade Católica de São Paulo(2007). Atualmente é PROFESSOR ADJUNTO da Universidade Paulista. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público.

Marina Zanatta Ganzarolli

Mestra em Direito pelo Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Universidade de São Paulo (2013-2016). Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (FDUSP) (2006-2011). É pesquisadora do Núcleo de Direito e Democracia (NDD) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) (2008-). Foi pesquisadora júnior na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (EDES) (2007-2008) e integrante do grupo PET-Sociologia Jurídica (2007-2011) com bolsa de pesquisa da SESu/MEC (2008-2009). Foi bolsista de iniciação científica pela FAPESP (2010-2011) na área de direito e gênero, da DAAD (Serviço Alemão de Intercambio Acadêmico) em Fundamentos do Direito Alemão na Ludwig-Maximilians-Universität em Munique, Alemanha (2009-2011) e do Bureau of Educational and Cultural Affairs do United States Department na State University of Tennessee (UT) em Knoxville, EUA (2008). Tem experiência na área de Direito, especificamente em Teoria Geral do Direito e Sociologia Jurídica, com ênfase em estudos de gênero.

Moacir Marques da Silva

Graduado em DIREITO (2010) pela Universidade Paulista (UNIP); ADMINISTRAÇÃO (1990) e CIÊNCIAS CONTÁBEIS (1989) pela FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA (UNIFAE). Mestre em Liderança pela Universidade Santo Amaro. Agente de fiscalização do TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (TCMSP), desde 1996. Professor da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCMSP. Professor convidado da UNIFECAP, FIPECAFI, ESTÁCIO E USCS. Atual Diretor da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCMSP.

Rosângela da Silva Lima

Licenciatura em Desenho (1987) pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo. Graduação em Arquitetura e Urbanismo (1994) pela Universidade Braz Cubas. Mestre em Sociologia Urbana (2010) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Diretora de Obras Particulares e Parcelamento do Solo da Secretaria de Habitação da Prefeitura de Mauá (1997-2001). Chefe de Gabinete da Liderança do Governo na Câmara de Vereadores do Município de São Paulo (2002-2004). Coordenadora de Regularização Fundiária da Secretaria de Habitação da Prefeitura de Santo André (2005-2006). Assessora de Política Urbana da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (2006-2014). Assessora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (2014). Tem experiência nas áreas de Regularização Fundiária e Planos Diretores, atuando principalmente com os temas: Direito Urbanístico, Urbanização e Regularização de Favelas, Gestão Urbana, Mobilidade Urbana e Políticas Públicas para Cidades Sustentáveis.

Simone Foyen

Advogada militante no Estado de São Paulo, graduada em Direito pela Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL (2000). Especialista em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC (2007). Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL (2014). Atualmente é Assessora e professora na Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales, criada pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCMSP.

Tatiana Penharrubia Fagundes

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2003), onde também foi Professora Assistente I das disciplinas de Direito Constitucional, Teoria do Estado e da Constituição, Direitos e Garantias Fundamentais, Direito Administrativo e Direito do Consumidor. Doutora em Ciências na Área de Concentração de Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (2012). Atualmente é Assistente de Secretaria I do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Urbanístico.

Valmir Leôncio da Silva

Mestre em Administração pela Universidade de Santo Amaro (2005). Especialização em Contabilidade Pública pela FECAP - Fundação Escola e Comércio Álvares Penteado (2000) - Curso de Aperfeiçoamento em Controle Externo pela ATRICON - Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (1999). Graduado em Ciências Contábeis - Faculdades da Zona Leste de São Paulo (1990) e em Ciências Jurídicas pela Universidade Paulista (2010). É Auditor concursado do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e atua como Coordenador Técnico da escola de contas do TCMSP. É Professor e Palestrante, atuando principalmente nos seguintes temas: Contabilidade Pública, Planejamento Público, Lei de Responsabilidade Fiscal e Execução Orçamentária.

ANEXO II – CALENDÁRIO ESCOLAR